

SUMÁRIO

PARTE I FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

CAPÍTULO 1

O DEVER DE ADAPTAÇÃO RAZOÁVEL: UM INSTRUMENTO PARA EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS E CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE..... 19

Fabrício Lima Silva

1. Introdução..... 19
2. Diretiva 2000/78/CE do Conselho da União Europeia..... 21
3. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)..... 22
4. Jurisprudência do TEDH 25
5. Conclusão..... 28
6. Bibliografia..... 29

CAPÍTULO 2

O JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO É A MAIOR INOVAÇÃO RECENTE DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO 31

Laura Rodrigues Benda

1. Fundamentos da adoção do julgamento com perspectiva de gênero no Brasil..... 31
2. Mas, afinal, o que é gênero? 33
3. O protocolo para julgamento com perspectiva de gênero 37
4. Conclusão..... 41
5. Referências bibliográficas..... 42

PARTE II DIREITO DO TRABALHO

CAPÍTULO 1

DISPENSA COLETIVA: NOVO DIRECIONAMENTO EM FACE DA ATUAL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 45

Mauro Schiavi

1. Da extinção do contrato de trabalho..... 45

2. A Constituição de 1988, Convenção 158, da OIT, e o fim da estabilidade	46
3. Da dispensa individual.....	48
4. Da dispensa coletiva.....	49
5. A dispensa coletiva e o novo direcionamento dado pelo STF	53

CAPÍTULO 2

A NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA E SEUS LIMITES CONSTITUCIONAIS: DESAFIOS ATUAIS..... 55

Carolina Silva Silvino Assunção

1. Introdução.....	55
2. Alterações promovidas pela Lei 13.467/2017 nas normas que regem a negociação coletiva trabalhista	56
3. Limitação da análise dos requisitos essenciais da validade do negócio jurídico e o princípio da intervenção mínima na vontade coletiva	77
4. O princípio da norma mais favorável e o novo texto do art. 620 da CLT	82
5. Negociação coletiva e a comissão de representantes de empregados	84
6. O Supremo Tribunal Federal e o Tema 1046.....	85
7. Conclusão.....	90
8. Referências.....	91

CAPÍTULO 3

ESTABILIDADE DA GESTANTE E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES LABORAIS 95

Haydée Priscila Pinto Coelho de Sant'ana

1. Introdução.....	95
2. Garantia de emprego × estabilidade	97
3. Estabilidade em sentido amplo.....	98
4. Estabilidade da gestante	99
4.1. Estabilidade da gestante × pedido de demissão × rompimento contratual por comum acordo.....	101
4.2. Estabilidade da gestante × dispensa por justa causa	102
4.3. Estabilidade da gestante × recusa à reintegração	102
4.4. Estabilidade da gestante × adotante.....	103
4.5. Estabilidade × gestação por substituição.....	104
4.6. Estabilidade × falecimento da mãe.....	105
4.7. Estabilidade da gestante × contrato de trabalho intermitente	105
4.8. Estabilidade da gestante × contrato de trabalho por prazo determinado × contrato de experiência × contrato de aprendizagem x contrato de trabalho temporário.....	107

4.9	Estabilidade da gestante × contrato nulo × cargo de livre nomeação e exoneração	109
4.10	Dispensa da empregada gestante durante o período de estabilidade × danos morais.....	110
5.	Licença-maternidade.....	110
6.	Conclusão.....	111

CAPÍTULO 4

COMPLIANCE TRABALHISTA: INTRODUÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA 113

Matheus de Lima Sampaio

1.	Considerações preliminares.....	113
2.	Conceitos básicos	115
3.	Evolução histórica.....	116
4.	Regramento jurídico no Brasil.....	117
5.	Programa de integridade	118
6.	Aplicação no direito do trabalho	120
7.	Pilares e ferramentas do compliance trabalhista.....	121
8.	Casos práticos	123
9.	Conclusão.....	130
10.	Referências bibliográficas.....	131

CAPÍTULO 5

INCIDÊNCIA DA BOA-FÉ OBJETIVA NO CONTRATO DE TRABALHO 133

Alex Alberto Horschutz de Resende

1.	Introdução.....	133
2.	Cláusulas gerais.....	134
3.	A boa-fé objetiva.....	135
4.	Irradiações da boa-fé objetiva no contrato de trabalho	137
5.	Deveres anexos – teletrabalho.....	141
6.	Conclusões	143
7.	Referências bibliográficas.....	144

CAPÍTULO 6

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE INFLAMÁVEIS EM EDIFÍCIOS: POR UMA NECESSÁRIA SUPERACÃO DA OJ-385 DA SBDI/I-TST..... 145

Walter Rosati Vegas Junior e Ítalo Menezes de Castro

1.	Introdução.....	145
----	-----------------	-----

2. A NR-16 e o armazenamento de inflamáveis em tanques: em busca da definição da área de risco acentuado para fins de percepção do adicional de periculosidade	146
3. Norma Regulamentadora – NR-20: o armazenamento de inflamáveis em tanques no interior de edifícios	149
4. Orientação Jurisprudencial n.º 385 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais – SBDI-I. Breve histórico e principais premissas	153
5. Da necessidade de superação da Orientação Jurisprudencial n.º 385 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais – SBDI-I	157
6. Conclusão.....	158
7. Referências bibliográficas.....	159

CAPÍTULO 7

A PANDEMIA DA COVID-19 E OS GRUPOS DE RISCO: PARÂMETROS PARA A PONDERAÇÃO

161

Douglas Contreras Ferraz

1. Do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19	161
2. Da incerteza científica e dos parâmetros técnico-científicos	163
3. Da insegurança jurídica: a profusão de atos normativos	166
4. Do meio ambiente do trabalho e do princípio da precaução	167
5. Dos serviços e atividades essenciais: essencialidade, grau de risco e judicialização da política.....	169
6. Das prioridades constitucionais	174
6.1 Da proteção à maternidade e à infância.....	174
6.2 Do trabalho do adolescente: estágio e aprendizagem	176
6.3 Do fator etário: as controvérsias dos idosos.....	178
7. A questão do núcleo familiar: coabitação e responsabilidades.....	181
8. Conclusão: o dever de acomodação razoável e os parâmetros para solução dos <i>hard cases</i> da pandemia	183
9. Referências bibliográficas.....	185

PARTE III

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO 1

PROCESSO DO TRABALHO DEMOCRÁTICO: ACESSO À JUSTIÇA COMO ACESSO A DIREITOS

193

Leonardo Tibo Barbosa Lima

Referências	209
-------------------	-----

CAPÍTULO 2**A POSTULAÇÃO DO AUTOR NA PERSPECTIVA DO PROCESSO DO****TRABALHO 211***Wolney de Macedo Cordeiro*

1. Introdução.....	211
2. Da reclamação verbal ou a termo.....	213
3. Da reclamação trabalhista escrita.....	216
3.1 Da indicação da autoridade judiciária a quem se dirige a postulação...	217
3.2 Da qualificação das partes	218
3.3 Da causa de pedir.....	219
3.4 Pedido certo e determinado, com indicação de seu valor.....	224
3.4.1 Pedido alternativo.....	227
3.4.2 Cumulação de pedidos.....	229
3.4.2.1 Cumulação simples.....	231
3.4.2.2 Cumulação objetiva alternativa.....	232
3.4.2.3 Da cumulação alternativa eventual	233
3.4.3 Do pedido relacionado a obrigações de trato sucessivo.....	235
3.4.4 Do pedido inibitório.....	236
3.4.5 Da modificação do pedido (o aditamento da petição inicial)....	238
3.5 Da assinatura.....	242
3.6 Juntada de documentos pelo autor na petição inicial.....	243
4. Referências.....	244

CAPÍTULO 3**REDES DE ACESSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA À LUZ DA TEORIA DOS****SISTEMAS AUTOPOIÉTICOS 247***Enoque Ribeiro dos Santos*

1. Introdução.....	247
2. Nova rede de acesso ao sistema de justiça trabalhista	247
3. A Constituição Federal como acoplamento estrutural entre o sistema jurídico e o sistema político.....	249
4. Inclusão e exclusão no mundo do direito e o fenômeno da alopoiese	253
5. Sistemas das organizações na teoria dos sistemas e criação do direito pelos Tribunais	255
6. As novas redes de acesso ao sistema de justiça trabalhista à luz da teoria dos sistemas	256
7. Considerações finais	258
8. Referências.....	260

CAPÍTULO 4**A PORTA DA MEDIAÇÃO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS TRABALHISTAS**.....**263***Veronica Ribeiro Saraiva*

- | | |
|---|-----|
| 1. Introdução..... | 263 |
| 2. Tratamento adequado aos conflitos..... | 264 |
| 3. Portas para a resolução dos conflitos..... | 267 |
| 4. Mediação nos conflitos trabalhistas..... | 279 |
| 5. Considerações finais | 283 |
| 6. Referências..... | 283 |

CAPÍTULO 5**PROCESSOS ESTRUTURAIS DO TRABALHO – CONTRIBUIÇÕES DA JURISPRUDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, COLÔMBIA E ÁFRICA DO SUL**.....**287***Elisa Augusta de Souza Tavares*

- | | |
|--|-----|
| 1. Introdução e objetivo | 287 |
| 2. Processos estruturais e a jurisprudência estadunidense | 289 |
| 3. Processos estruturais e o Estado de Coisas Inconstitucional da jurisprudência colombiana..... | 291 |
| 4. Processos estruturais e o Compromisso Significativo da África do Sul..... | 293 |
| 5. Conclusão..... | 294 |

CAPÍTULO 6**UMA URGENTE RELEITURA DO ART. 651 DA CLT EM FACE DO TELETRABALHO**.....**297***Andréa Presas e Flávya Wanessa Abreu Marques*

- | | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 297 |
| 2. Competência territorial: disciplinamento legal e doutrinário..... | 298 |
| 3. Teletrabalho: uma nova e crescente realidade no direito laboral | 303 |
| 4. Teletrabalho: fixação da competência territorial | 306 |
| 5. Considerações finais | 312 |
| 6. Referências..... | 313 |

CAPÍTULO 7**ASPECTOS PRÁTICOS DA AUDIÊNCIA TELEPRESENCIAL NO PROCESSO DO TRABALHO**.....**315***Gabriel Calvet de Almeida*

- | | |
|--------------------|-----|
| 1. Introdução..... | 315 |
|--------------------|-----|

2.	Regramento do Conselho Nacional de Justiça.....	316
3.	Atraso e problemas de conexão na audiência telepresencial.....	317
4.	Produção de prova oral.....	320
5.	Necessidade de transcrição dos depoimentos.....	321
6.	Vestimenta apropriada	322
7.	Benefícios da audiência telepresencial.....	323
8.	Considerações finais	324
9.	Referências bibliográficas.....	324

CAPÍTULO 8

A PROVA DIGITAL: UM BREVE ESTUDO SOBRE SEU CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, REQUISITOS E REGRAS DE ÔNUS DA PROVA 327

José Antônio Ribeiro de Oliveira Silva

1.	Introdução.....	327
2.	Prova digital: do que se trata?.....	328
3.	A natureza jurídica das provas digitais.....	332
4.	Requisitos de validade da prova digital.....	334
5.	O ônus da prova a respeito da prova digital	339
6.	Conclusão.....	343
7.	Referências.....	345

CAPÍTULO 9

PROVA DIGITAL NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E ADEQUAÇÃO DA PROTEÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS: UMA QUESTÃO DE ACESSO À JUSTIÇA..... 347

Igo Zany Nunes Correa

1.	Introdução.....	347
2.	Provas digitais	348
3.	Provas digitais no processo do trabalho e adequação material.....	352
4.	Considerações finais	356
5.	Referências.....	356

CAPÍTULO 10

PROVAS DIGITAIS, MINERAÇÃO DE DADOS E ESTADO DEMOCRÁTICO 359

Alexandre Valle Piovesan e Joice Bezerra de Oliveira

1.	Introdução.....	359
2.	Mineração de dados (<i>data mining</i>).....	360

3. Da sistemática das provas digitais. Dos requisitos de validade. Dos limites constitucionais da busca da verdade por meio de provas digitais. Da jurisprudência trabalhista.....	361
4. Conclusão.....	367
5. Referências bibliográficas.....	367

CAPÍTULO 11

A PROVA PERICIAL NOS PROCESSOS RELATIVOS ÀS DOENÇAS OCUPACIONAIS..... 369

Bruno Luís Bressiani Martins

1. Introdução.....	369
2. Definição do que são doenças ocupacionais.....	370
3. Aspectos gerais da responsabilização civil	371
4. Ônus da prova.....	373
5. Análise dos aspectos gerais envolvendo a prova pericial	374
5.1 Diagnóstico.....	375
5.2 Doenças degenerativas ou preexistentes	376
5.3 Análise de riscos ocupacionais	377
5.4 Etiologia. Aferição do nexa causal ou concausal	379
5.5 Incapacidade laboral	380
5.6 Conclusão pericial	382
5.7 Prova oral subsidiária (art. 443, incisos I e II, do CPC)	383
6. Conclusão.....	384

CAPÍTULO 12

ATUALIDADES DA PROVA TÉCNICA JUDICIAL NA ANÁLISE DE MOLÉSTIAS PROFISSIONAIS..... 387

Fernanda Amabile Marinho de Souza Gomes

1. Introdução	387
2. O diagnóstico por fisioterapeuta	388
3. Conclusão.....	394
4. Bibliografia.....	394

CAPÍTULO 13

DECISÕES E RECURSOS NA FASE E NO PROCESSO DE EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO

Júlio César Bebbber

1. Considerações iniciais.....	395
2. Estrutura do processo e decisões.....	396

3.	Estrutura recursal no conhecimento	396
4.	Estrutura recursal na execução.....	397
4.1	Supressão de lacuna oculata e as decisões interlocutórias.....	397
4.2	Incompatibilidade do art. 893, § 1º, da CLT na execução	398
4.3	Alcance do art. 897, a, da CLT e as decisões interlocutórias	401
4.4	Esclarecimentos sobre o recurso das decisões interlocutórias.....	403
5.	Considerações finais	405
6.	Referências.....	405

CAPÍTULO 14

EXECUÇÃO CONTRA CORRESPONSÁVEIS PELA DÍVIDA DA PESSOA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... 407

Edilton Meireles

1.	Introdução.....	407
2.	Responsáveis não devedores.....	407
2.1.	Da responsabilidade do não devedor.....	408
2.2.	Da novação civil e recuperacional	409
2.3.	Da competência para execução do corresponsável não devedor.....	411
2.4.	Créditos concursais e extraconcursais	413
2.5.	Créditos concursais habilitados	415
2.6.	Créditos fiscais.....	421
3.	Devedores solidários.....	422
4.	Conclusões	424

CAPÍTULO 15

A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS NA EXECUÇÃO TRABALHISTA. A RESPONSABILIDADE DO SÓCIO RETIRANTE..... 427

Ben-Hur Silveira Claus

1.	A fundamentação jurídica da responsabilidade dos sócios pelas obrigações trabalhistas da sociedade empresarial.....	427
2.	A desconsideração da personalidade jurídica da sociedade e a responsabilização dos sócios pelas obrigações trabalhistas.....	430
3.	A responsabilidade dos sócios na execução trabalhista.....	432
4.	O sócio que ingressa na sociedade assume o passivo anterior	436
5.	A Reforma Trabalhista e o sócio retirante.....	436
6.	Os antecedentes legislativos do art. 10-A da CLT reformada	437
7.	A interpretação da responsabilidade do sócio retirante no contexto da CLT	438

8. A responsabilidade subsidiária do sócio retirante é objetiva.....	438
9. A responsabilidade do sócio retirante	440
10. A limitação temporal da responsabilidade do sócio retirante depende de que sua saída da sociedade empresarial seja dotada de <i>eficácia jurídica</i>	442
11. A responsabilidade solidária do sócio retirante no caso de fraude.....	444
12. O ônus da prova quanto à fraude na alteração contratual da retirada.....	446
13. A jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região acerca da extensão da responsabilidade do sócio retirante.....	448
14. A jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região acerca da extensão da responsabilidade do sócio retirante.....	451
15. O cotejo das OJs: OJ nº 40, V, do TRT9 x OJ nº 48 do TRT4.....	452
16. A contagem do prazo decadencial de dois anos do art. 10-A da CLT	455
17. Direito de regresso do sócio retirante. Fundamento legal. Competência. Prescrição	458
18. Referências bibliográficas	459

CAPÍTULO 16

O “HABEAS DATA” NA JUSTIÇA DO TRABALHO (CRFB, ART. 5º, LXXII) 461

Guilherme Guimarães Feliciano

1. Introdução.....	461
2. A função constitucional do “ <i>habeas data</i> ” e seus usos na Justiça do Trabalho...	463
3. O “ <i>habeas data</i> ” e o reconhecimento do vínculo empregatício (1). A Súmula n. 368 do TST	470
4. O “ <i>habeas data</i> ” e o reconhecimento do vínculo empregatício (2). Por melhores caminhos hermenêuticos	474
5. Considerações finais	478
6. Referências.....	479